

História Unisinos

E-ISSN: 2236-1782

efleck@unisinos.br

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Brasil

dos Santos Bezerra, Janaina; Cordeiro de Almeida, Suely Creusa
"Pompa e circunstância" a um santo pardo: São Gonçalo Garcia e a luta dos pardos por
inserção social no XVIII
História Unisinos, vol. 16, núm. 1, enero-abril, 2012, pp. 118-129
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
São Leopoldo, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=579866794011>

“Pompa e circunstância” a um santo pardo: São Gonçalo Garcia e a luta dos pardos por inserção social no XVIII

“Pomp and circumstance” to a brown saint: St. Gonçalo Garcia and the struggle for social inclusion of the browns in the eighteenth

Janaina dos Santos Bezerra¹

janatabira@hotmail.com

Suely Creusa Cordeiro de Almeida²

sue.almeida@uol.com.br

Resumo. O presente trabalho tem como objetivo analisar a condição dos pardos através da *grandiosa festividade* realizada em homenagem a São Gonçalo Garcia no ano de 1745, no Recife, e financiada pela Irmandade do Livramento, entre outros. Nossa análise apoiou-se na obra de dois franciscanos: Frei Antonio de Santa Maria Jaboatão e Sotério da Silva, pseudônimo de Frei Manuel da Madre de Deus, que deixaram relatos sobre esse acontecimento. Para desenvolver o trabalho, observamos os sujeitos históricos que marcaram presença na festividade, considerando-a como uma comemoração que, além de ter proporcionado aos participantes momentos de diversão e de exteriorização pública de fé católica, representou a abertura de um espaço para a expressão de um grupo que buscava inserção e projeção no corpo da sociedade colonial recifense.

Palavras-chave: pardos, inserção, festa.

Abstract. This paper aims to examine the condition of brown people through the great festival held in honor of Saint Gonçalo Garcia in the year 1745, in Recife, and funded by the Fellowship of Deliverance, among others. Our analysis relied on the work of two Franciscans, Fray Antonio de Santa Maria Jaboatão and Sotério da Silva, Sotério and Jaboatão, pseudonym of Fray Manuel da Madre de Deus, who left accounts of this event. In order to develop the work, we showed the historical subjects that attended the festival, considering it as a celebration that represented the opening of a space for the expression of a group seeking inclusion and projection in the body of colonial society Recife besides providing to its participants moments of fun and public manifestation of Catholic faith.

Key words: brown, inclusion, celebration.

¹ Mestra em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. Professora da Rede Pública Estadual e da Faculdade de Formação de Professores de Afogados da Ingazeira. Doutoranda pela Universidade Federal de Pernambuco.

² Professora da Graduação e Pós-Graduação da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Esta pesquisa recebeu apoio da CAPES.

Em meados do século XVIII, mais especificamente no ano de 1745, Recife foi palco de um “grandioso festejo” religioso e profano, realizado e patrocinado pelos homens pardos (Bluteau, 1712-1727; Bezerra, 2010)³ em homenagem a São Gonçalo Garcia, um santo pardo. A questão da cor do Santo e a sua relação com a santidade foram motivo de inquietações, polêmicas e múltiplas discussões, o que caracterizou o evento como uma verdadeira manifestação de aclamação à cor parda, assim como uma oportunidade de os envolvidos na polêmica tecerem negociações políticas com o intuito de alcançar inserção e respeito social.

Nessa ocasião, um grupo de pardos de Pernambuco, a Irmandade do Livramento e os franciscanos, se uniram em prol da mesma causa: a eleição e a institucionalização de devoção a um santo pardo, embora os interesses sociais desses agentes, as conquistas que almejavam, fossem diversos. Era visível que a população parda vinha crescendo quantitativamente e economicamente em Pernambuco, e esse crescimento gerou ambições por parte desses indivíduos mestiços que, de suas novas posições, granjeadas pelo trabalho fosse com as mãos, fosse intelectual, e que pela importância e essencialidade de seus ofícios, almejavam reconhecimento social, motivo que pode ser apontado aqui como uma das principais causas impulsionadoras a levar os pardos a se auto-homenagear, ou seja, serem protagonistas de tamanho espetáculo. A historiografia já concluiu que desde o século XVII formou-se no Império Português uma elite de homens mestiços que passaram a reivindicar um estatuto diferenciado ao dos negros. Assim, o termo “pardo”, embora seja uma categoria de cor, busca demonstrar que o grupo está distanciado da escravidão, embora, pela cor da pele, dela não se poderia perder a memória nem das restrições civis implicativas (Mattos, 2010; Faria, 1998; Soares, 2000). Nessa conjuntura, os franciscanos, através da pessoa de Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão e de Frei Manuel da Madre de Deus, aparecem como figuras centrais ao divulgar o culto a São Gonçalo Garcia, uma vez que ele também era um franciscano, mas também ressaltavam a importância social do grupo de pardos recifenses ao qual defendem, constituindo-se a festa em um momento que marcou a visibilidade social dos pardos, de seu santo e dos grupos que se organizam em torno da questão. A Irmandade do Livramento dos Homens Pardos do Recife, enfaixada à causa dos franciscanos estabeleceram uma frente de ação para criar um espaço no qual pudessem negociar seus interesses. A imagem do santo, como ícone representativo desse poder em constituição, ocuparia um de seus altares colaterais, o que lhe proporcionaria maior

visibilidade enquanto instituição religiosa, caritativa, mas também inservia. Ora um “pardo legítimo”, como era cognominado o santo em tela, o que muito bem poderia ser sinônimo de “pardo livre” termo que sinalizava para a ascendência de cor, mas também para o fato de não ter ligações com a escravidão, o que era um verdadeiro divisor de águas, pois possibilitava acesso aos altos cargos públicos e eclesiásticos e, ainda, a todas as honrarias que por direito só poderiam gozar os cristãos velhos (Mattos, 2010).

No mundo ibérico, o Santo foi um importante aliado do Estado e da Igreja; seu exemplo, no que tange a virtude e a santidade, bem como sua subordinação aos poderes instituídos foi um instrumento para conformar os comportamentos sociais tanto para brancos quanto para os chamados homens de cor (Oliveira, 2007). O Catolicismo procurou estimular a devoção aos santos de cor, usados juntamente com as irmandades, como estratégia para promover a conversão dos negros, em particular nos núcleos urbanos, através da ação associada do clero secular e das ordens religiosas. Para isso, idealizaram modelos de santidade negra. Nesse sentido, o século XVIII viu intensificar-se a ação das Ordens, que contavam com experientes hagiógrafos no Ocidente Cristão na difusão de modelos de santidade que pudessem auxiliar na conversão de africanos e seus descendentes. No Brasil, o culto de Santo Elesbão e de Santa Efigênia contou com o destacado e significativo papel da Ordem do Carmo, idealizadora de uma proposta de catequese para os negros, inserindo o projeto num contexto de disputa com as demais ordens religiosas, por maior representatividade no interior da cristandade colonial. As ações dos franciscanos na divulgação do culto a São Benedito, “santo preto”, descendente de escravos africanos, é um bom exemplo dessa disputa.

Também o culto à Imaculada Conceição, no início do século XVIII, pode ter-se beneficiado dessa luta entre as Ordens, quando os religiosos franciscanos se empenharam em reforzá-lo. “Tradicionalmente”, os franciscanos foram os promotores da crença na Imaculada Conceição entre os leigos, desde o período medieval, quando, em seus sermões e pregações, insistiam na eficácia quase ilimitada dessa “rainha do céu” junto a seu divino filho em favor dos pecadores. Em Pernambuco, a Irmandade de Nossa Senhora da Conceição é muito antiga, data da segunda metade do século XVI, e congregava a elite açucareira da Capitania. Muito próxima da Irmandade da Misericórdia, ajudou a fundar o Recolhimento de Nossa Senhora da Conceição, casa de clausura feminina, que serviu à elite até a Invasão Holandesa. Há uma referência à “Irmandade da

³ Segundo o dicionário de Bluteau o termo *pardo* era considerado uma “cor entre branco e o preto”, própria do pardal, o que parecia justificar o nome. Segundo o respectivo dicionário o “homem pardo” teria uma associação ao “mulato”, assim como uma ligação curiosa com uma fera, “o leopardo”. Porém, as pesquisas realizadas nos Livros de Batismo e Casamentos localizados na igreja do Santíssimo Sacramento do Recife apontam que, além dos cruzamentos entre negros e brancos, eram pardos também os descendentes dos cruzamentos de pardos e índios, pardos entre si, pardos com negros e cabra com pardos, dentre outros.

Conceição dos pardos sujeitos”, mas não podemos avançar nos dados dessa última. É provável que tenha surgido como estratégia de aproximação do mundo das elites, já que os pardos, embranquecidos, olhavam para a sociedade ambicionando inclusão no mundo dos bem-nascidos. Não descartamos as ações dos franciscanos na promoção desse culto entre os mescelados (Viana, 2007; Almeida, 2005).

Os dominicanos também se propuseram a colaborar para a divulgação dos santos católicos negros. Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos contou com o apoio dessa ordem para sua difusão em Portugal. Julita Scarano, ao ressaltar o florescimento do culto a essa senhora, argumenta que, “a princípio, tivessem os dominicanos atraído os devotos de cor para as associações de seus conventos e, posteriormente, se tenham esses tornado tão numerosos que acabaram criando agrupamentos autônomos” (Scarano, 1976). Segundo a autora, “os dominicanos e as associações que haviam criado contribuíram eficazmente para estimular a devoção do Rosário, tanto no próprio reino quanto no ultramar”, visto que um dos meios de integrar os negros na religião católica foi levá-los a participar das irmandades. A princípio, devem ter entrado em agremiações de brancos, constituindo nelas grupos minoritários. Posteriormente, com o apoio dos dominicanos, passaram a se reunir em núcleos separados, formando suas próprias confrarias.

Já há na historiografia brasileira uma produção ampla sobre irmandades de cor, sua dimensão associativa e inserciva, seu papel na resistência dos grupos excluídos, que não caberia voltarmos aqui, pois não há espaço para tal. No entanto, vale a pena elucidar que, embora haja uma profícua produção no que tange a Pernambuco, é um tema ainda a esclarecer, o que nos motiva a mergulhar na questão (Barbosa, 2001; Lins e Andrade, 1984; Lins, 1986)⁴. No que concernem as fontes utilizadas para a elaboração deste artigo, esclarecemos que são relatos de época e que foram transcritos, impressos e publicados, estando disponíveis em bibliotecas e fundações locais.

Voltemos aos franciscanos. Eles vão investir fortemente na promoção do culto a São Gonçalo Garcia, em Pernambuco. É sabido que essa ordem, juntamente com as demais, Carmelitas e Dominicanos, essas no reino, configurou-se como um componente fundamental na pastoral do culto aos santos. “Com o objetivo de orientar e canalizar a fé dos grupos urbanos, essas ordens defenderam com maior veemência a ideia de que os santos forneciam

exemplos de vida que deveriam ser imitados pelos fiéis” (Oliveira, 2007, p. 25-26). Voltaram-se para os grupos excluídos, como negros e mestiços, tentando, através da fé em um orago, organizá-los social e espiritualmente. Mas, como sempre, é impossível conformar totalmente os interesses humanos; esses grupos das margens, apropriando-se desses espaços cedidos pelas ordens religiosas, acabaram por utilizá-los para promover sua inclusão social através dos meios institucionalizados. Formas de luta, formas de resistência. Liberdade conquistada aos centímetros, no entanto, sem deixar de ser eficaz.

Por outro lado, não podemos afirmar que a divulgação do culto a São Gonçalo Garcia tenha sido uma causa abraçada pelos franciscanos unanimemente. Ter um santo pardo dentro da instituição talvez não tenha sido um motivo de orgulho para alguns seguidores de Francisco. É certo que parte dos franciscanos se empenharam na promoção do culto a São Gonçalo Garcia, tendo em vista ter sido ele o primeiro santo pardo das Américas. Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, através de um sermão, expressou sua exaltação à cor parda, classificando-a como bem aventureira entre as demais. Já Frei José dos Santos Cosme e Damião (Willeke, 1977)⁵, também franciscano, no sermão proferido nas festividades em homenagem ao mesmo santo na Bahia, no ano de 1746, demonstrou, no entanto, constrangimento ao abordar o tema. Enquanto as palavras ouvidas na Igreja de Nossa Senhora do Livramento do Recife tinham sido de exaltação à cor parda, como a mais perfeita de todas, Frei José dos Santos Cosme e Damião chegou a pedir desculpas por estar tratando de um santo mulato. Disse ele:

Só se havemos de assuntar como coisa certa e indubitável, que S. Gonçalo Garcia foi filho de pai Católico, e de mãe gentia, de pai Europeu e de mãe Asiática; de pai Português natural de Guimarães, e de mãe Indíatica natural de Baçaim: por cuja razão se compete com propriedade genuína em todo o rigor filosófico não só o espécioso título de Neófito, mas também o específico predicado, ou atributo, ainda que de alguns mal avaliado, e menospreciado (não quisera proferir por não escandalizar os vossos ouvidos; mas permite-me o dizer uma vez) de mulato, ou mestiço (Lins e Andrade, 1984, p. 50).

Em nenhuma outra parte mais de seu sermão volta a falar da cor do Santo.

⁴ Ainda há na historiografia muitas referências aos pardos pernambucanos e sua festa, mas apenas como citações passageiras, assim entendemos que é necessário investigar mais profundamente a questão dos pardos e suas devoções para melhor compreendermos as formas de viver, trabalhar e adorar na sociedade colonial, bem como, o poder de barganha de grupos considerados subalternos quando partimos do princípio da *impureza do sangue*.

⁵ Sobre o religioso baiano frei José dos Santos Cosme e Damião, temos notícia de que o mesmo teria sido um dos professores de frei Jaboatão no convento da Bahia. Ele era orador sacro afamado, qualificador do Santo Ofício e lente de filosofia e teologia que chegou a publicar sermões em Lisboa. Mestre e aluno chegaram a fazer parte da Academia dos Esquecidos.

Provavelmente por mera coincidência, o painel representativo dos 26 mártires do Japão, existente na Capela de Ordem Terceira de Salvador, inclui Gonçalo Garcia entre os poucos personagens que, crucificados, aparecem por detrás de outros, não permitindo que se lhes veja a cor (Lins e Andrade, 1984, p. 50).

É notável, segundo os relatos, que as festividades em homenagem a São Gonçalo Garcia no Recife foram realizadas em circunstâncias bem diferentes das comemorações realizadas um ano depois, na Bahia. Isso nos faz pensar que Pernambuco passava por transformações sociais que justificam uma possível mobilidade social. Nos livros de batismo localizados na Igreja do Santíssimo Sacramento do Recife, foram encontrados dezenas de pardos, e, embora com cabedal e possuindo cativos, não alcançaram reconhecimento social fácil, sendo bastante complexa a inserção social dos enriquecidos, que eram considerados como de sangue infecto⁶. Diante do exposto, percebe-se a contribuição dos franciscanos na divulgação do culto a São Gonçalo Garcia e na luta por promover uma aceitação social dos mesclados. Ao certo, a devoção a esse santo na Capitania de Pernambuco foi promotora de visibilidade, espalhando-se para outras regiões do Brasil, o que demonstra seu sucesso enquanto devoção. Porém, nossa intenção se volta agora para a “causa” dos chamados pardos. Ou seja, o que levou esses indivíduos a se auto-homenagearem? Para respondermos a essa indagação, é preciso primeiro identificar os sujeitos históricos envolvidos na questão, assim como a posição social que ocupavam no período aqui estudado. Para tanto, analisamos alguns registros de homens de destaque, alguns reconhecidos como pardos, que fizeram parte da Irmandade do Livramento e viveram em Pernambuco no período em que, provavelmente, não apenas participaram, mas custearam as festividades em louvor a um santo de sua cor.

Um provável participante foi José Rabelo de Vasconcelos, pintor setecentista, integrante da Irmandade de Nossa Senhora do Livramento dos Homens Pardos do Recife. Em 1736, foi eleito mordomo; de 1738 a 1741 foi procurador; escrivão em 1740; juiz em 1746; tesoureiro em 1774; e, além de sua participação ativa na instituição, ainda alcançou a patente de capitão (Mello, 1998).

Ele ocupou o posto de Militar das Ordenanças e atingiu o mais alto grau de sua carreira como Coronel do Regimento dos Pardos do Recife. O fato de José Rabelo de Vasconcelos ter atuado em atividades da irmandade de pardos é prova de que era pardo e, consequentemente, esteve presente nas festividades em homenagem a São Gonçalo Garcia, visto que era de obrigação dos irmãos e integrantes da mesa comparecer às festividades or-

ganizadas pela citada instituição. Outra prova de sua participação é a elaboração artística de um dos chafarizes expostos na festividade. E, se tudo isso não bastasse, há o fato de Sotério Ribeiro da Silva ter oferecido sua *Símula Triunfal* ao senhor capitão “José Rabelo de Vasconcelos” (Silva, 1928).

Outro exemplo foi o de Felipe Néri da Trindade, que nasceu em 20 de maio de 1714, na vila do Recife. Ele era filho do pardo Francisco de Almeida Pessoa e de Maria Botelho Campely (Diniz, 1971). Felipe Néri da Trindade era irmão do conhecido padre Manuel de Almeida Botelho, grande músico pernambucano, compositor e instrumentista (Mariz, 1984-1991). Ele, assim como o pai e o irmão, também foi integrante da Irmandade do Livramento do Recife. Felipe não foi apenas um bom músico, compositor e instrumentista, foi também “pe-rito na língua latina, como consumado nos preceitos da oratória e poesia” (Diniz, 1971, p. 32). Por volta de 1739, iniciou suas atividades como “Mestre de Humanidades” e ficou nessa atividade, provavelmente, por mais de dezoito anos. Como pardo, foi membro da Irmandade do Livramento do Recife e nela ocupou cargos. O primeiro foi de mordomo, do ano de 1743 a 1744, quando contava 29 anos de idade completos. Para ocupar esse lugar, Felipe Néri da Trindade pagou uma esmola, à Irmandade, de 1\$600 réis, conforme estava estabelecido no compromisso da instituição. Posteriormente, foi eleito juiz, entre 1759-1760, e, segundo os relatos, exerceu as funções com muita eficiência e muito zelo, o que lhe garantiu mais dois anos consecutivos, sendo substituído, no ano de 1761, por Brasílio Álvares Pinto, irmão de muito destaque na associação dos pardos do Recife e pai de Luiz Álvares Pinto, músico pardo de prestígio no espaço não só setecentista pernambucano, mas também Atlântico.

Felipe Néri da Trindade foi um sacerdote pardo tido na Irmandade do Livramento, e, entre os intelectuais e artistas de seu tempo, como um homem de prestígio e respeito, apesar de sua “baixeza de nascimento”. Segundo a documentação analisada, no domingo, 19 de setembro de 1745, padre Felipe Néri da Trindade não só compareceu à festa, como também participou da Academia, feita “com toda a grandeza e tão científica; como engenhosa em uma casa na mesma Rua do Livramento” (Silva, 1928, p. 53). A participação do padre na Academia deu-se buscando demonstrar seu talento ao compor e recitar a seguinte Glosa:

*Imitar um firme amante
A Jesus no teor da vida,
É virtude tão subida,*

⁶ Livros I, II e III de Batismo da Igreja do Santíssimo Sacramento do Recife (1790 a 1801).

*Quanto tem de relevante;
 Isto a todos é constante
 Mas eu quando os olhos puz
 Em Gonçalo numa cruz,
 Então vi, que com mais sorte,
 Imitante até a morte
 Foi Gonçalo de Jesus
 (Silva, 1928, p. 99).*

Nos versos recitados, o religioso expressa seu respeito e sua adoração ao Santo Gonçalo Garcia, estabelecendo, em alguns momentos, paralelo entre o martírio de Gonçalo e o semelhante sofrimento de Jesus na cruz.

Outro protagonista da festa foi Ignácio Ribeiro que, juntamente com Felipe Néri da Trindade, participou da Academia. Não sabemos ao certo se ele era um homem pardo. Ao lhe fazer referência, Domingos Loreto Couto não menciona a cor de seus pais, apenas esclarece que era natural da terra e filho de Martinho Ribeiro e Joanna de Silva. De fato, Ignácio foi um homem de prestígio na sociedade pernambucana; doutor em teologia, dominava o latim e o estudo das ciências. Foi ordenado presbítero e considerado um perfeito sacerdote. Nas palavras de Domingo Loreto Couto:

[...] aprendeu com incrível brevidade os preceitos da gramática latina no colégio Pátrio dos Padres Jesuítas, e passando aos estudos das ciências severas no de Olinda se admirou a viveza do seu engenho acompanhada de uma suma modéstia [...] É excelente músico, e tangedor de todo gênero de instrumento, de tal sorte que compõe a letra, e posta por ele em solfa a canta com boa voz, suma graça, e destreza. Na metrificação por versos latinos, e vulgares é excelente. Tem composto muitas obras musicais e poéticas das quais tem saído à luz (Couto, 1981, p. 371-372).

O fato de Ignácio Ribeiro ter sido um homem de prestígio talvez justifique a ausência de referência à sua cor na documentação. No entanto, o fato de ser um músico fortalece a hipótese de ter sido um pardo, pois o campo do ofício da música foi um lugar por excelência de homens de cor. O intenso processo de mestiçagem pelo qual Pernambuco passava deu origem a indivíduos de aparência bastante diversificada, sendo frequente uma autoidentificação. Ao certo, ele abraçou a causa do santo pardo, participando ativamente de um dos momentos de destaque da festa que foi a Academia.

Esses, dentre tantos outros artistas e intelectuais mestiços ou não, compareceram às festividades em louvor a São Gonçalo Garcia no Recife, demonstrando envolvimento no evento, inclusive nas despesas da festa. Isso comprova que um grupo de pardos não só acumulou riquezas, ocupando cargos de prestígio dentro e fora da Irmandade do Livramento, como também desfrutaram de condições para ostentar tal prestígio em suas festas, como qualquer colono branco de posses. Devido à grandiosidade e à importância que alcançou, essa festividade acabou marcando o calendário religioso, no qual encontramos vestígios de sua realização em anos posteriores a 1745. Como exemplo, podemos citar os registros dos anos de 1753 a 1755, nos quais o governador de Pernambuco, Luis Correia de Sá, comprova sua ilustre presença na festa em louvor a esse Santo (Sá, 1983).

A seguir, analisaremos o discurso proferido por Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, mas é preciso destacar a especificidade do sermão enquanto fonte. Há como que um distanciamento ou fluidez entre o escrito e o momento de sua expressão oral (Otávio, 2004)⁷. A história dos sermões de Padre Antônio Vieira é exemplar dessa complexidade, que leva o historiador a utilizá-la ciente que o momento da pregação, eivado de sentimentos e tensões, é esfumaçado e perdido no tempo, enquanto o da produção escrita é marcado pela racionalidade e reflexão. É um texto tecido com o intuito de convencer, construído com argumentos que se justifica para a posteridade. Antônio Vieira, ao editar seus próprios sermões, os selecionou, permitindo que só alguns fossem divulgados no momento. Os outros só foram registrados em data muito posterior à elocução, e há ainda os que chegaram a ter duas versões impressas, o que demonstra a possibilidade de terem sido retocados muitas vezes após o momento de sua pregação. Nesse sentido, “não há porque confundir a forma escrita, tal como nos chegou, com uma ‘verdade fática’ oral”, ou seja, uma “realidade histórica”, como se pudéssemos “reviver” a colônia ao ler, imaginando ouvir “aqui mesmo” que certo século XVII ou XVIII pôde ler e ouvir de corpo presente (Neves, 2001).

No século XVIII, dois discursos foram escritos e publicados no Reino por religiosos franciscanos que conheciam bem a realidade da colônia, e especialmente a de Pernambuco. O primeiro foi redigido por Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, cuja temática principal era a questão da cor do Santo São Gonçalo Garcia. Foi escrito em 1745, porém só publicado em 1751, em Lisboa, ou seja, seis anos após sua elocução. Já o escrito por Manuel da Madre de Deus, que narra a festa de São

⁷ “O sermão era (e ainda é) uma das partes mais importantes da liturgia católica”. Momento de contrição e reflexão acerca da palavra divina, o sermão serve de moldura para o ritual que se seguirá, com o translado da imagem de São Gonçalo Garcia para a Igreja de Nossa Senhora do Livramento.

Gonçalo Garcia com detalhes, só ganhou o público em 1753, o que corresponde a oito anos após as festividades.

Se levarmos em consideração o intervalo de tempo entre a elaboração do texto e a sua suposta publicação, podemos levantar a hipótese de que a citada festividade não se processou tal como nos relatam os discursos proferidos pelos dois franciscanos, porém “o fato de ele ter podido ser afirmado, de ter podido contar com a aceitação do público contemporâneo, é pelo menos tão revelador quanto a simples ocorrência de um evento” (Todorov, 1999, p. 64). Nesse sentido, considerando como base documental esses dois textos, é possível ressaltar que as festividades em louvor a São Gonçalo Garcia foram caracterizadas por muito “luxo e ostentação”, como era o costume na época (Lara, 2007). O festejo, que estava com data marcada para agosto, teve sua preparação iniciada três meses antes, com a divulgação e a realização de alguns eventos profanos, conforme foi decidido em Mesa do Livramento. O luxo inicial vai dar visibilidade à Irmandade no seio de sua comunidade e ressaltar o poder de seus dirigentes face aos outros membros e irmãos. Assim, era notável a preocupação da Irmandade do Livramento do bairro de Santo Antônio do Recife em divulgar bem a festa, afinal, a imagem do Santo que iria ocupar um dos altares laterais dessa agremiação, proporcionando grandes lucros e prestígio, também se constituiria num ícone de inserção do grupo em uma comunidade seletiva.

Despachando-se cartas por todas as confrarias, e irmandades desta capitania, em que tinham mandado os deste acidente, e não só a estes, mas também a todas as religiões, e templos, que benignamente condescenderão por serem de um Santo tão portentoso os cultos, que novos, com prerrogativa de primeiros, no mundo consagravam (Silva, 1928, p. 15).

Logo, o convite foi direcionado a várias instituições, e foi registrada a presença, além da Irmandade do Livramento dos Homens Pardos do Recife, a de Nossa Senhora de Guadalupe, localizada em Olinda; a do Santíssimo Sacramento; a da Igreja do Corpo Santo, ou Igreja Matriz de S. Frei Pedro Gonçalves; a Irmandade de São Pedro dos Clérigos; a de Nossa Senhora da Soledade; a de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos; a de Nossa Senhora do Bom Parto; e a de Santa Luzia.

Com a notícia da festividade, a polêmica tomou conta das ruas do Recife. Os “duvidosos” não acreditavam que São Gonçalo Garcia, sendo natural da Índia, fosse realmente um “pardo legítimo”. A discussão tomou tamanha proporção que o eclesiástico convidado para proferir o Sermão declinou do convite, afirmando “não haver aprendido pregar o impossível, pois se não molda

com tal acidente a Santidade” (Silva, 1928, p. 16).

Toda essa celeuma permite perceber a resistência da sociedade em aceitar que indivíduos de cor ocupassem posições de destaque, já que a desconfiança e a rejeição à figura de um santo mestiço tomaram conta da elite local, embora exista uma profusão de santos de cor no “pantheon” católico. Entre clérigos e leigos, predominava a ideia da impossibilidade da santidade aos homens de cor. Assim, aceitar um santo mestiço, significava também aceitar como iguais um grupo considerado como inferior, que dessa forma, reforçava a ideia bíblica de que todos os homens eram iguais diante de Deus, e agora também em sociedade. Mas, apesar de todas as controvérsias, o sermão foi proferido no dia 12 de setembro de 1745 por um franciscano de nome Antônio de Santa Maria Jaboatão que, mostrando-se ciente das polêmicas e injustiças das quais os pardos eram vítimas, impostas apenas pelo acidente da cor, procurou traduzir nas entrelinhas de seu discurso a luta, mas também a esperança por dias melhores.

O desenrolar do século XVIII viverá o processo de desnaturalização das hierarquias sociais no Reino, colocado em marcha pelas reformas pombalinas e, na sequência, a difusão dos ideais de liberdade e igualdade, temas centrais da Revolução Francesa. No Brasil, à nova ordem imposta pela coroa se sobreporão as ideias francesas, o que porá em xeque o projeto de ascensão social da população livre que, embora fosse em parte composta por homens de cor, percebia essa promoção quando se tornavam possuidores de escravos (Mattos, 2010). É claro que debates, desobediências, violências e as mais variadas formas de resistências dos grupos estigmatizados foram se tornando mais intensas no final do século XVIII, mas eventos como a festa ao santo de cor, e toda a gama de insatisfações misturadas aos anseios de mudança já estavam presentes na colônia bem antes, e de forma bastante evidente.

Uma apologia à cor parda

Antônio de Santa Maria Jaboatão, em seu discurso proferido nas festividades de São Gonçalo Garcia, defendeu que glória e honras não eram apenas para o santo, mas para todos aqueles que tinham a cor parda, denunciando-se, assim, a situação de desprezo e descaso com que eram tratados os pardos na sociedade recifense. Anunciava que, a partir daquele momento, teriam um restaurador das injúrias impostas pelo acidente da cor, que nem era branca nem negra, mas híbrida. Redimidos por terem um santo de sua cor, era chegado o dia, pois agora os pardos tinham um santo canonizado.

Crédito, lustre, honra, e glória, de todos, os que pela sua cor se chamam Pardos. Este é aquele nome, que

proferido com outros termos, e tomado em linguagem vulgar, se vos lançava até agora em rosto, quase por desprezo, como com menos política os Pardos um Santo, que canonizasse vossa cor, mas hoje, que vos aparece um Santo da vossa cor, e já canonizado, já o nome vos pode servir de desdouro algum, antes sem de muita glória, pois em o Beato Gonçalo Garcia, Santo de vossa cor, vos deparou Deus um Restaurador, ou Redentor das calúnias do vosso Nome (Jaboatão, 1751, p. 168).

Para o franciscano, a finalidade da celebração em louvor a Gonçalo Garcia era mostrar para todos que, agora, os pardos tinham um santo de sua cor, portanto igualavam-se aos demais. Essa concepção era diversa de todo um conjunto de normas e ideias construídas ao longo do período moderno acerca da infâmia da cor (Mattos, 2010). A festa representava um novo tempo para a gente parda que vivia em uma sociedade em que a discriminação fazia parte do cotidiano, o que se pode inferir pelas palavras do frei, quando afirma: “e por este Pardo Santo verem todo bom, aquele nome que se supunham até agora como mau” (Jaboatão, 1751, p. 169). A importância dada ao santo pardo retrata a ligação das pessoas ao culto católico e suas crenças em dias melhores, de reconhecimento social, ou seja, de inserção social.

Para Valéria Rachid Otávio, a festividade em homenagem a São Gonçalo Garcia no Recife expressava o desejo nutrido pelo grupo pardo de ser aceito e respeitado dentro de sua nova condição social. Utilizaram-se do catolicismo para, através de uma cerimônia pública luxuosa, prática institucionalizada, enfaixar toda uma gama de mágoas e desejos que assim se expressavam: extirpar os maus tratos e a indiferença, ter um culto reconhecido, aceitação e inserção; enfim, um cotidiano mais digno. Nesse sentido, a festa pode ser compreendida não apenas como uma forma de os pardos do Recife expressarem sua fé, mas também de demonstrarem uma ascensão social que vinha se processando desde a expulsão dos holandeses no século anterior (Otávio, 2004). Um poder econômico foi sendo construído paulatinamente através das oportunidades que se abriram na área do comércio, atuando muitos pardos nos negócios do açúcar e do tabaco, além do couro (Araújo, 2001).

Os pardos, nas palavras do franciscano, eram vítimas de calúnias, acusações, preconceitos e desprezo pela sociedade por não terem um santo de sua cor. “Como se a cor da pele, por acidente, pudesse ser sujeito de alguma maldade”, ressalta o frei. Sobre alguns comentários a respeito de São Gonçalo Garcia ser santo, mesmo sendo mestiço, ele cita o exemplo das abelhas de S. Pedro, “que pelos que fazem uns, perdem os outros, e alguma abelha má poderá ter havido, que com o veneno da sua malícia inficionasse aos mais, e o que foi defeito particular de

algum ficou sendo contágio universal para todos” (Araújo, 2001, p. 170).

A insistência de Frei Jaboatão dá uma ideia de como eram detestados os mulatos (Lins, 1986). Ele deixa transparecer que os pardos, na sociedade colonial, eram vistos como uma massa homogênea, submissa, que restringia frequentemente a ordem. Isso se dava pelo “acidente de origem”. Mas, nem todos os pardos mereciam essas acusações, lembra o frei. Em sua maioria viviam ordeiramente, eram trabalhadores incansáveis e, portanto, exigiam aceitação. E, embora não pudessem ambicionar honra, pois não eram pessoas de qualidade, exigência da sociedade do Antigo Regime, novos ventos começavam a soprar, impulsionando grupos das margens a uma nova leitura do mundo, mesmo porque nas margens do Império outras leituras sempre foram possíveis (Hespanha, 2010). E é para esses pardos injustiçados que Jaboatão aclamava: “alegrai-vos uma vez, e outra vez vos alegrai: porque isso, que até agora passou por vós, é o mesmo que disse Cristo havia acontecer aos seguidores do seu evangelho, ou de seu nome” (Jaboatão, 1751, p. 170).

Cristo, para desenganar aos escribas, que o seu Nome não continha em si maldade alguma, dizia aos Discípulos que se alegrassem, porque daquele mesmo Nome caluniado e desprezado, lhes haviam resultar todas as suas glórias (Jaboatão, 1751, p. 171).

Fazendo um paralelo com a própria vida de Cristo, Frei Jaboatão denuncia a difícil situação do homem pardo naquele período, chegando a afirmar que:

Nunca os pardos esperaram menos um Santo de sua cor, do que na presente ocasião, e nunca tantos como agora os apurarão, e apertarão mais as tribulações dos caluniadores do seu Nome: e por isso, nunca tanto como nessa ocasião se faria neles mais apetecido um Santo da sua cor. Pois agora, diz o senhor, agora é tempo, já chegou o dia. Agora sim, que crescerão, e chegarão a seu termo as calúnias do vosso Nome (Jaboatão, 1751, p. 172).

Essa passagem parece evidenciar uma expectativa do franciscano e de seus ouvintes. O momento era realmente significativo, pois queriam construir para eles mesmos um tempo de glória e de reconhecimento na sociedade colonial pernambucana, que era marcada pela excludente “pureza de sangue”. “Uma série de fatos se sucederam a partir do século XVI, cooperando para o fortalecimento da crença de que os descendentes de judeus, mouros, indígenas, negros e ciganos eram incapazes, por tradição” (Carneiro, 2005, p. 47). Nesse sentido, os pardos encontraram na festa em louvor a um santo de sua mesma

cor uma oportunidade para denunciar publicamente suas insatisfações e as injustiças presentes em seu dia a dia. As observações do franciscano revelam os descontentamentos que “a bem aventurança, ou glória, de que o Senhor aqui fala, não é a do céu, é a da terra; não é a que se goza lá na Pátria celestial, é a que se pode ver e ter neste mundo” (Jaboatão, 1751, p. 173). Partindo desse pressuposto, Frei Jaboatão, em seu sermão, procura mostrar à sociedade mestiça e a todos os ouvintes que a cor parda é motivo de orgulho, e não de vergonha. Os pardos deveriam alegrar-se por ter a cor mais perfeita de todas, ou seja, por serem mestiços. Assim, o reconhecimento e a inserção social seriam possíveis a partir do momento em que os pardos se autoproclamassem “bem-aventurados”, se assumissem mestiços e valorizassem essa condição. Segundo Frei Jaboatão, os pardos tinham que passar por tudo isso para serem reconhecidos e glorificados entre os homens na terra, pois as glórias e as bem-aventuranças, às quais se referia, não são para o Beato Gonçalo Garcia que, em suas palavras, “já goza de tudo isso no céu, como Santo”, nem sua legítima santidade, que também já estava comprovada, mas, para o esclarecimento de algumas contrariedades de alguns sobre a cor parda do santo, ou seja, é a cor parda que o frei afirma vir beatificar, classificando-a como bem-aventurada. É a trajetória do santo que comprova a aceitação de Deus em favor dos homens pardos. Ora, se um pardo era santo, por que não seriam aceitos pelo poder supremo os outros pardos da Terra? Se Deus, que era o alfa e o ômega, recebia em seu seio um pardo como santo, por que os homens, criados por Deus, teriam autoridade para refutar a vontade do Altíssimo? É esse um dos argumentos tecidos nas entrelinhas do texto do franciscano.

Venho mostrar como o Beato Gonçalo Garcia é Pardo por nascimento e descendência, e declarar que a sua cor parda não só é tão bem aventurada, e ditosa como as demais; mas ainda alguma causa mais (Jaboatão, 1751, p. 173).

No contexto local, o frei destacou a importante posição de muitos pardos dentro da sociedade pernambucana, que não eram reconhecidos no contexto colonial por serem mestiços. Muitos, conscientes de sua inferioridade na cor, declaravam-se brancos, pois sabiam que era preciso muito mais que cargos e patentes para serem reconhecidos e inseridos no contexto social.

[...] dos príncipes e reis se seguem os generais, governadores, mestres de campos, e mais postos das milícias: e sem sairmos do Brasil, ainda de Pernambuco, poderíamos fazer de todos uma boa lista, se assim como lhe sabemos os nomes, não achássemos alguns com cores

mudadas. Na hierarquia Eclesiástica também tem a cor Parda sujeitos assinalados: Sacerdotes sem número, Curas, Vigários, e outros ainda de maior hierarquia também, sem irmos muito longe de Pernambuco, podemos de todos fazer hum catálogo muito bom, uns que conhecemos, outros que talvez se não conhecero (Jaboatão, 1751, p. 205).

Nesse sentido, a Festa em louvor a São Gonçalo Garcia no Recife se caracterizou por ser um espaço privilegiado de reivindicação social. “As demandas dos pardos traziam uma reivindicação cotidiana pela honra, valor importante para aquela sociedade e acessível, em princípio, apenas aos limpos de sangue” (Viana, 2007; Mattos, 2010). A insatisfação do grupo ficou marcada nas entrelinhas do Sermão de Frei Jaboatão, que tinha conhecimento da importância social dos pardos de Pernambuco, assim como de sua exclusão por parte da sociedade.

Evento religioso e profano: uma narrativa

Sotério Ribeiro da Silva, em sua obra intitulada *Súmula Triunfal*, proporciona-nos uma visão sobre os festejos em homenagem a São Gonçalo Garcia, descrevendo, em mínimos detalhes, todas as etapas da festa. Em sua narrativa, é possível perceber que o sacro e o profano estavam inter-relacionados, e que era possível notar o enfaixamento de fenômenos específicos que, durante a festa, mesclavam-se numa pluralidade de intenções (Del Priore, 1994).

Ao longo do texto, o franciscano aponta serem os pardos os principais patrocinadores do festejo. Essa participação financeira destaca-se através das doações feitas pelos irmãos para os enfeites e adereços que constituíam os figurinos mais representativos e dos carros alegóricos, ricamente decorados, na procissão.

As comemorações, segundo o autor da *Súmula*, começaram mesmo na noite seguinte de sua divulgação e, durante três dias seguidos, brincou-se com “fogos de todas as invenções”, repiques de sinos e “bombons de artilharia”; “várias tragicomédias” e “esquipáticas folias”. No terceiro dia, contaram com a participação de Olinda, quando, fora da igreja, assistiu-se às danças “de Talheres, que com todo o capricho e aceyo”, dirigia esse folgado “enumeráveis Cupidos”, além das “Folias de Hespanha, que faziam mais vistosa os custosos archeiros, cobertos de luzes várias, que os acompanhavam” e, por fim, “uma dança de Langra com caprichoso concerto ordenada”.

Toda essa pompa teria sido financiada por uma gente mercadora, ou parte dela, segundo Lins (1986). Já Silva (1928) assinala sempre a contribuição dos homens pardos

em geral, “que quanto mais pobres e limitados nas posses, então mais liberais para o Divino Culto e amor do Santo Mártil” (Lins e Andrade, 1984, p. 32). O que se percebe é que um grupo de pardos de posses, possivelmente mascates, acorreu apoando economicamente os preparativos da festa, embora possam não ter sido os únicos, como demonstram outros dados que exporemos a seguir. Ao descrever cada alegoria, Silva (1928) ressalta o nome do irmão patrocinador. Observe-se no Quadro 1 cada um desses colaboradores.

Os dados do Quadro 1 esclarecem que os pardos de Pernambuco não foram os únicos financiadores da festa, uma vez que alguns carros também contaram com a ajuda financeira de outras instituições religiosas, que não de-

devoção dos pardos. Porém, tudo indica que eles tenham sido os principais colaborados, motivados pela visibilidade de que a realização do evento proporcionaria. Os carros representativos de cada irmandade tiveram a colaboração financeira da instituição que estavam representando. Esse foi o caso da Irmandade de Nossa Senhora do Bom Parto, que era de devoção dos pardos e da própria irmandade do Livramento dos Homens Pardos do Recife, que, podendo contar com uma significativa promoção, no momento da festa, mostrou-se motivada a colaborar financeiramente para o evento. Certamente, o carro representativo da Irmandade do Livramento em forma de “Nau ou Fragata”, assim como as demais figuras, foram, em sua maioria,

Quadro 1. Forma da ordem da procissão.

Chart 1. Form of the order of the procession.

Posição na procissão	Figuras representativas / carros alegóricos	Patrocinador
1	Figura da Ásia a cavalo	Capitão Mariano de Almeida
2	Figura com estrutura de cavalo	Irmão Antonio Munes
3	Figura da Alegria a cavalo	Irmão Manuel Alves
4	Figura da meditação	Irmão Antonio Pereira de Andrade
5	Figura do zelo	Irmão José Duarte
6	Figura da pregação	Irmão Francisco Talles de Meneses
7	Figura do Martyrio	Irmão Felipe de Santiago Melo
8	Figura do Merecimento	Dona Seraphina Bezerra
9	Figura do Prêmio	Irmão Manuel Barreto
10	Figura do anjo da religião seráfica	Irmão Francisco de Freitas Silva
11	Figura do convencido Júpiter	Irmão Manuel Alves Cardoso
12	Figura do Amor Perfeito	Irmão Francisco Cardoso
13	Carro de Nossa Senhora do bom Parto	Juiz, Antonio Pinto de Mendonça, escrivão, Felipe de Sousa e demais irmãos da mesa de N. S. Bom Parto
14	Figura do Temor de Deus	Irmão Lino Pereira Façanha
15	Carro de Nossa Senhora da Soledade	Juiz, Mecelino de Sousa e demais irmãos da mesa da Soledade
16	Figura do Amor Divino	Irmão Luis dos Santos Barreto
17	Carro do Menino Jesus, representado pela Irmandade do Santíssimo Sacramento do Recife	Irmão Antonio Cardoso, Manuel Gonçalves, Felix Vieira, Manuel do Nascimento
18	Figura do Conhecimento de Deus	Irmão Antonio N.
19	Carro representativo de um navio, representando a Irmandade Nossa Senhora do Livramento	Irmão Antonio Rodrigues, José da Conceição, Francisco Xavier e João Soares Leonel
20	Figura da Caridade	Irmão Antonio Quaresma
21	Figura da Fé	Irmã Maria Aranha
22	Carro do Martyrio	Irmão Manuel dos Santos, Francisco Correa, João Lobato e Caetano Alemão

Fonte: Silva (1928).

doações de irmãos pardos que, diante da oportunidade de demonstrar suas posses, fizeram-se representar através dessas alegorias caracterizadas por luxo e ostentação. Ainda observando o quadro, a ordem da procissão foi marcada pela presença de várias figuras alegóricas, algumas das quais montadas a cavalo, acompanhadas por carros, uns puxados por negros, outros por cavalos. Nas palavras de Silva (1928), “mais parecia celestial esquadrão de anjos formados na terra, que humana e fingida tragicomédia no teatro do mundo representado”.

A primeira delas, montada em cavalo ruço rodado, era da *Ásia*, “ricamente vestida de mulher”. Seu figurino era composto de “justinho de seda azul de ouro com manguitos de renda do mesmo”. Seus braços estavam cobertos por cordões de ouro e seus dedos com várias joias de diamantes. Vinha em seguida Aplauso a cavalo, ajaezado de veludo carmezim bordado a ouro, com crinas e caudas tecidas com “fitaria de prata azul”. Logo depois vinha a da Alegria a cavalo, que estava vestida à francesa, e “ornava-lhe a cabeça vários broches de diamantes e dezenas de cachos de pendentes de ouro” (Silva, 1928, p. 23).

Na sequência do cortejo, podiam ser vistos os demais personagens, ricamente fantasiados e representando a figura da Meditação, do Zelo, da Pregação, do Martírio, do Merecimento, do Prêmio, do Anjo da Religião Seráfico e do “convencido Júpiter”, cujo patrocinador foi Irmão Manuel Alves Cardoso. Essa figura vinha puxando o carro da gloriosa mártir Santa Bárbara, que ostentava na cabeça “uma nuvem desfeita em relâmpago”, e “na mão direita uma vara de prata da qual saíam três raios”. Dando sequência, vinha a figura do Amor Perfeito, puxando o carro de Nossa Senhora do Bom Parto, carregado por oito negros da Guiné. Após esse, vinha a do Temor de Deus, patrocinada por Irmão Lino Pereira Façanha. Essa figura vinha puxando o carro de Nossa Senhora da Soledade, sendo sucedida pela Figura do Amor Divino, que puxava o carro da Irmandade do Santíssimo Sacramento, que “cobria a figura do Amor Divino e o carro triunfal do Menino Deus”, com velas de arrátil nas mãos. Dando continuidade ao desfile, a figura do Conhecimento de Deus, que antecedia o carro em forma de “Nau ou Fragata” da Senhora do Livramento, “com três metros de quilha e um pouco mais de um metro de boca”; oito pretos da Guiné vestidos de branco empurravam o barco. Por fim, podiam ser observadas as figuras a cavalo da Caridade e da Fé, que vinham puxando o “triunfal carro do Glorioso Mártil” (Silva, 1928, p. 35-36), todos caracterizados por muita seda, veludos, damascos, joias de ouro e diamante, sobretudo em forma de broches e pulseiras. Esses carros, em sua maioria, eram carregados por negros, com exceção do último, que transportava “o Glorioso Mártil”, que era puxado por dois “cavalos ruços” (Tinhorão, 2000).

Por outro lado, lembra José Ramos Tinhorão que os negros não apenas apareceram no grande desfile religioso organizado pelos pardos como puxadores de carros alegóricos. O autor lembra que, após o carro de Nossa Senhora do Livramento, podia ser visto um grupo de treze jovens negros que se “exibiam na dança chamada de Quicumbiz”:

Vestidos ‘todos de veludo negro posto se diversificavam nos saíotes’, pois uns ‘eram de seda, outros de brocado, outros de galacé todos agaloados de ouro e prata’, dançavam servindo como que de comissão de frente, pois os ‘acompanhavam outros tantos na ocupação de caudatórios, ornados também com caprichoso asseio, a saber: saíotes de seda e finas rendas’ (Tinhorão, 2000, p. 124).

Segundo o autor, a música e a dança eram de evidente origem africana, mas mesclada da cultura local em que, “com suavíssima consonância e recreio dos ouvidos pouco depois se viam três flautistas”. Representando os naturais da terra, a procissão também contou com um grupo de “nove rapazes índios”, que estavam “ricamente ornados e nus da cintura para cima ao modo pátrio”. “Essa era a representação mais apagada”, uma vez que “já não conseguiam reunir sequer um grupo completo de tocadores de sua música, pois entre eles aparecia um negro que tocava gaita” (Tinhorão, 2000, p. 124).

Na sequência do festejo, ocorreram as cavallhadas realizadas nos dias 13, 14 e 15 de setembro, cuja patrocinadora foi a Irmandade de Nossa Senhora da Guadalupe de Olinda, instituição essa também de devoção dos homens pardos.

Para perpétuo laurel dos homens Pardos, de que se não lembram os mais antigos haverem sucedido outros de mais custo, capricho e asseio. Tinhiam vindo de todos os subúrdios desta praça por mais de 20 léguas muitos homens, e mulheres Esta foi a festividade mais rica que, segundo a opinião mais ajustada há muito se viu em o Pernambuco, de que serão eternas as memórias, fazendo-se pelo orde todo decantadas, mais pelos vários excessos da liberdade que pelas calúnias padecidas (Lins e Andrade, 1984, p. 39).

Esse momento festivo também contou com a presença ilustre do governador da Capitania de Pernambuco, Henrique Luís Pereira Freire, que distribuía as argolinhas colhidas pelas lanças dos cavaleiros participantes, demonstrando a importância do momento (Silva, 1928).

Uma Sessão Acadêmica marcou seu encerramento. Ela foi realizada no dia 19 de setembro e teve lugar no salão de um prédio situado na Rua do Livramento, “coberto de sedas e damascos, com assentos distintos para

os oradores, vendo-se ao pé da cadeira do presidente um bofete guarnecido de seda" (Silva, 1928), com salvas de prata, em que o secretário ia depositando os manuscritos das peças acadêmicas em um altar de bela decoração artística, com a imagem de São Gonçalo. Louvaram ao santo, alternadamente, vários coros de música, e, à entrada do edifício, tocavam com a melhor harmonia "charamelas", "trompas", "atabales" e "trombetas". Atraindo a solenidade grande quantidade de gente, fez-se uma guarda de infantaria, que só deixava entrar as pessoas mais distintas e os convidados que traziam bilhete (Costa, 1984, vol. 6).

Em suma, as festividades religiosas e profanas, caracterizadas por procissões, missas, cavalhadas, danças, Academia e tantas outras realizações culturais, não nos deixam dúvida de que os pardos, a Irmandade do Livramento e os franciscanos estavam organizados e investiram na promoção ao culto a São Gonçalo Garcia. Consequentemente, com todo esse aparato impressionaram a sociedade recifense. Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, através de seu sermão, buscou traduzir os sentimentos coletivos do grupo e propor um modelo de santidade que, naquele momento, buscava atender às demandas dos pardos, fossem eles escravos ou forros, no contexto colonial pernambucano. Pouco a pouco dissociado dos franciscanos, o culto a esse santo adquiriu vida independente no imaginário popular. E as irmandades de pardos tiveram particular participação nesse processo, visto que, em anos posteriores à festa, o louvor a São Gonçalo Garcia não apenas teve continuidade no Recife, como ganhou outras áreas do Brasil, como foi o caso de Acari, no sertão norte rio-grandense; em Olinda, Pernambuco; em Penedo, Alagoas; em Laranjeira, Sergipe; no Recôncavo Baiano; no Rio de Janeiro; em Minas Gerais; entre outros lugares (Lins e Andrade, 1984).

Nesse sentido, os pardos fortaleceram suas estratégias de ação através do culto ao santo franciscano, ao mesmo tempo em que iam tecendo redes de sociabilidade que visavam garantir reconhecimento. A devoção serviu para mostrar as contradições intrínsecas à sociedade e aos pardos enquanto grupo, assim como para regular as estratégias da resistência cotidiana quando buscavam distanciar-se dos estigmas a eles atribuídos numa sociedade escravista.

Referências

- ALMEIDA, S.C.C. 2005. *O Sexo Devoto: normatização e resistência feminina no Império Português*. Recife, Editora Universitária/UFPE, 365 p.
- ARAÚJO, R. de C.B. de. 2001. A Redenção dos Pardos: A Festa de São Gonçalo Garcia no Recife, em 1745. In: I.JANCSÓ; I. KANTOR (orgs.), *Festa-Cultura & sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo. Hucitec.

- BARBOSA, R. de C. de A. 2001. A Redenção dos Pardos: a festa de São Gonçalo no Recife; em 1745. In: I.JANCSÓ; I. KANTOR (org.), *Festa-Cultura & sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo, Hucitec, p. 419-437.
- BEZERRA, J.S. 2010. *Pardos na cor & impuros no sangue: etnia, sociabilidades e lutas por inclusão social no espaço urbano pernambucano do XVIII*. Recife, PE. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Rural de Pernambuco, 212 p.
- BLUTEAU, R. 1712-1727. *Vocabulário português e latino*. Coimbra, Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 2 vols.
- CARNEIRO, M.L.T. 2005. *Preconceito Racial em Portugal e Brasil Colônia: os cristãos-novos e o mito da pureza de sangue*. São Paulo, Perspectiva, 328 p.
- COSTA, F.A.P. 1984. *Anais Pernambucanos 1740 – 1794*. Recife, FUNDARPE, vol .6
- DEL PRIORE, M. 1994. *Festas e Utopias no Brasil Colonial*. São Paulo, Brasiliense, 140 p.
- DINIZ, J.C. 1971. *Músicos Pernambucanos do Passado*. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 290 p.
- EISENBERG, P.L. 1989. Ficando Livre: As Alforrias em Campinas no Século XIX. In: P.L. EISENBERG, *Homens Esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil – séc. XVIII e XIX*. Campinas, Editora da Unicamp, p. 245- 254.
- FARIA, S.S.C. 2004. *Sinhás Pretas, Damas Mercadoras: as pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850)*. Niterói, RJ. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, 278 p.
- HESPANHA, A.M. 2010. *Imbecillitas: As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime*. São Paulo, Annablume, 296 p.
- LARA, S.H. 2007. *Fragmentos Setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo, Companhia das Letras, 430 p.
- LINS, R.C.; ANDRADE, G.O. de. 1984. Elogio do homem pardo. *Ciência e Trópicos*, 12(1):79-105.
- LINS, R.C. 1986. *São Gonçalo Garcia: um culto frustrado*. Recife, Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 150 p.
- MARIZ, V. 1984-1991. Vida Musical. Suplemento Cultura do Estado de São Paulo. São Paulo, Ed. Civilização Brasileira, p. 30-41.
- MATTOS, H.M. 2010. A escravidão moderna nos quadros do Império Português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica. In: J. FRAGOSO; M.F. BICALHO; M. de F. GOUVÉA (orgs.), *O Antigo Regime nos Trópicos: dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p. 141-162.
- MELLO, J.A. 1998. Rabelo, pintor setecentista do Recife. In: J.A. MELLO, *Tempo de Jornal*. Recife, Fundaj/Ed. Massagana, p. 220-243.
- NEVES, L.F.B.; GIOSEFFI, M.C. 2001. A Igreja no Brasil Colonial. In: P.R. PEREIRA, (org.), *Brasiliiana da Biblioteca Nacional: guia das fontes sobre o Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, p. 150-130.
- OLIVEIRA, A.J.M. 2007. *Devoção Negra: santos pretos e catequese no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro, Quartet, 368 p.
- OTÁVIO, V.R. 2004. *Dança de São Gonçalo: re-interpretação coreológica e história*. Campinas, SP. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, 187 p.
- SCARANO, J. 1976. *Devoção e Escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII*. São Paulo, Nacional, 220 p.
- SOARES, M.C. 2000. *Devotos da Cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro do século XVIII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 304 p.

- TINHORÃO, J.R. 2000. *As festas no Brasil Colonial*. São Paulo, Editora 34, 174 p.
- TODOROV, T. 1999. *A Conquista da América - A Questão do Outro*. São Paulo, Martins Fontes, 324 p.
- VIANA, L. 2007. *O Idioma da Mestiçagem: as Irmandades de pardos na América Portuguesa*. Campina, Editora da UMICAMP, 240 p.
- WILLEKE, V. 1977. *Franciscanos na História do Brasil*. Petrópolis, Vozes, 152 p.

Fontes primárias

- COUTO, D. do L. 1981. *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco*. Ed. Fac-similar. Recife, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 613 p
- JABOATÃO, A.S.M. 1751. Discurso Histórico, Geográfico, Genealógico, Político, e Encomiástico, recitado na nova celebriidade, que dedicam os pardos de Pernambuco, ao Santo de sua cor, o Bento

- Gonçalo Garcia, na sua Igreja do Livramento do recife, aos 12 de setembro do ano de 1745. Lisboa, Oficina de Pedro Ferreira, Impressor da Augustíssima Rainha N.S. 52 p..
- LIVROS I, II e III. 1790-1801. Batismo da Igreja do Santíssimo Sacramento do Recife.
- SÁ, L.J.C. de. 1983. *Diário do Governador de Pernambuco em 1749-1756*. Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, vol. LVI.
- SILVA, S.R. da. 1928. Súmula Triunfal de nova e grandiosa celebriidade do glorioso e invicto mártir S. Gonçalo Garcia, impresso em Lisboa e oferecido ao senhor capitão José Rabello de Vasconcellos. *Ver. do Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro*, 99(153):7-104.

Submetido: 12/09/2011
Aceito: 06/12/2011

Janaina dos Santos Bezerra
Universidade Federal de Pernambuco
Av. Professor Moraes Rego, 1235, Cidade Universitária
50670-901, Recife, PE, Brasil

Suely Creusa Cordeiro de Almeida
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Rua Dom Manoel de Medeiros, s/n, Dois Irmãos
52171-900, Recife, PE, Brasil